



CONFERÊNCIA: ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

10

10 DE JULHO 2023
9H30



UNIVERSIDADE DE COIMBRA | POLO I
(STUDENT HUB - FMUC)





SUMÁRIO

As universidades, inicialmente, tinham poucas preocupações com a investigação e o doutoramento não se baseava em investigação original. As dissertações doutorais nos tempos da Idade Média, Renascença e Reforma visavam mais mostrar a erudição dos candidatos do que a sua capacidade para produzir investigação aceitável e inovadora. Foi nas universidades de Halle (fundada em 1694) e de Göttingen (1734) que foram introduzidas algumas inovações, como o requisito de que os professores, para além de ensinar, também tinham de investigar. E alguns professores começaram a ensinar com base no seu próprio trabalho, em vez de explicar um texto ou recapitular uma tradução, transformando a cátedra num lugar de conhecimento novo. A criação, em 1810, da Universidade de Berlim por Wilhelm von Humboldt é considerada, por muitos, como o primeiro exemplo de uma universidade moderna de investigação. Humboldt estava ciente de que os académicos produziam pouca investigação de relevo, embora alguns dos mais brilhantes pensadores alemães estivessem nas universidades, o que apontava, como solução, para a combinação do ensino com a investigação. Humboldt escreveu que o instrutor universitário deixou de ser o professor e os estudantes deixaram de ser os ensinados. Pelo contrário, os estudantes deviam fazer investigação sob a orientação do professor.

O modelo Humboldtiano de ensino superior não se propunha preparar os alunos para o emprego, ou para responder às necessidades imediatas do mercado de trabalho, ou da sociedade em geral. Pelo contrário, tinha por objetivo proporcionar uma combinação de educação e de conhecimentos, tornando os estudantes capazes de florescer na sua sociedade e de adquirir maturidade moral e emocional para serem, quer parte de uma equipa, quer para terem autonomia pessoal [o conceito alemão de Bildung]. Segundo Humboldt, o Bildung e a experiência de vida deviam capacitar os estudantes para que fossem capazes de organizar por si próprios as futuras vidas profissionais. Segundo a OCDE (1988) o ponto de partida do modelo de Humboldt não é, nem a utilidade económica ou social, nem o estudante como cliente, nem a instituição como prestadora de serviços. Pelo contrário, é a missão da comunidade académica de criar e disseminar o conhecimento.

Segundo Michael Ash, Humboldt morreu de muitas mortes, mas foi ressuscitado outras tantas vezes. Entre os assassinos de Humboldt estará, certamente, o processo de Bolonha. Em 1997 o Ministro Alemão da Educação, Ciência, Investigação e Tecnologia, um dos signatários da declaração da Sorbonne proclamou, num Conselho de Reitores, a morte de Humboldt. Para esta morte contribuíram, quer a massificação do ensino superior, quer o processo de Bolonha com uma visão instrumental de um ensino superior virado para as necessidades imediatas do mercado de trabalho.

Temos hoje sistemas massificados, com grande diversidade de instituições, em que subsistem universidades de investigação de renome mundial nas quais ainda vagueia o fantasma de Humboldt. Nestas condições, surge naturalmente uma interrogação: é possível assegurar um nível adequado de investigação em todas as instituições de um sistema massificado ou, pelo contrário, os recursos de investigação devem estar concentrados num pequeno número de instituições de elite? O que cria um novo dilema já apontado por Piketty, o da hipocrisia do ensino superior ao propor a ilusão de que todos têm as mesmas hipóteses de êxito independentemente da instituição de ensino superior que frequentaram.

Conferência organizada pela Comissão Independente para a avaliação da aplicação do RJIES com o apoio da Universidade de Coimbra.



PROGRAMA

9.30 - Sessão de abertura

10.00 - Jurgen Enders | Avaliação da investigação: o caso do Sistema de avaliação da investigação no Reino Unido

11.00 - Intervalo para café

11.30 - Alberto Amaral | Humboldt, morto ou vivo?

12.30 - Almoço

14.00 - Alis Oancea | Definições de investigação, investigador e excelência de investigação em sistemas internacionais de avaliação da investigação.

15.00 - Intervalo para café

15.30 - Tiago Santos Pereira | De um Ministério da Ciência e da Tecnologia a um Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Por onde pairam as políticas de investigação?

16.30 - Debate (CRUP, CCISP, APESP)

17.30 - Sessão de encerramento





ORADORES CONVIDADOS



Jurgen Enders é professor da School of Management, University of Bath. Os seus interesses académicos estão focados no estudo da mudança institucional nas universidades e no seu papel na sociedade e na economia. A investigação mais recente inclui a regulação, financiamento e organização do ensino superior e da investigação, gestão/liderança e mudança organizacional nas universidades. Escreveu e coeditou 15 livros e publicou mais de 50 artigos em revistas académicas, incluindo *Organization Studies*, *Public Management*, *Public Management Review*, *Studies in Higher Education*, *Higher Education* e *Scientometrics*. É membro do Centre for Global Higher Education e Co-investigador de um projeto sobre “Governance in Higher Education” também financiado pelo ESRC. É membro da Academia Europaea, da Academia Alemã de Ciência e Engenharia, e membro honorário da Society for Research in Higher Education.



Alberto Amaral é doutorado pela Universidade de Cambridge, Professor Emérito da Universidade do Porto, investigador no Centro de Investigação em Políticas de Ensino Superior (CIPES), Vice-presidente da Agency for Public Health Education Accreditation (APHEA), membro do Quality Evaluation Panel de Macau e coordenador científico do projeto EDULOG da Fundação Belmiro de Azevedo. Foi Reitor da Universidade do Porto de 1985 a 1988, chair do Consortium of Higher Education Researchers (CHER), membro do Board do IMHE/OECD e da CRE. Foi presidente do Conselho de Administração da Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) de 2008 a 2020. Publica regularmente em revistas especializadas em Políticas de Ensino Superior e publicou e editou mais de 10 livros em editoras internacionais como a Kluwer, Springer, Palgrave MacMillan e Edward Elgar.



Alis Oancea é Professora de Filosofia da Educação e Política de Investigação na Universidade de Oxford. Alis especializou-se em estudos sobre práticas, políticas e governo da investigação e na filosofia da investigação – incluindo ecossistemas de investigação, avaliação e impacto da investigação, permuta de conhecimento, financiamento da investigação, qualidade da investigação, práticas de conhecimento aberto, ética de investigação, práticas de publicação, carreiras de investigação e o valor cultural da investigação nas artes e humanidades. Esta linha de trabalho é complementada com um grande interesse em investigação sobre educação dos professores, inovação nas políticas da educação de professores, e prática, conhecimento e valores na profissão do ensino e o papel da investigação na educação dos professores. No presente Alis lidera um projeto de investigação internacional financiado pelo ESRC/CGHE, é editora da *Oxford Review of Education* e Assessora Editorial Principal da *Routledge Open Research (Education)*.



Tiago Santos Pereira é Investigador Principal e Diretor do CES. Doutorado em Science and Technology Policy Studies pelo SPRU, Universidade de Sussex, tem vindo a desenvolver investigação, com abordagens dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS) e Estudos e Inovação, sobre políticas e governação da ciência e tecnologia e os processos de intermediação de conhecimento entre investigação, empresas, decisão pública e sociedade. É Co-Coordenador do Programa de Doutoramento 'Governação, Conhecimento e Inovação'. É Investigador Coordenador no CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social, onde desenvolve investigação sobre Trabalho, Emprego e Tecnologia, coordenando uma linha de investigação sobre 'Trabalho e Teletrabalho no contexto da Pandemia', com um projeto financiado pela FCT, em parceria entre o CES e CoLABOR. Foi nomeado membro do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). É Vice-Chair do Working Party da OCDE sobre Inovação e Política Tecnológica (TIP), sendo também Delegado Nacional ao Comité de Política Científica e Tecnológica (CSTP) da OCDE. Colaborou com a Comissão Europeia, UNESCO, CYTED e outras instituições internacionais de governação e financiamento da ciência, tecnologia e inovação. Entre 2015 e 2018 foi coordenador o Gabinete de Estudos e Estratégia da FCT.